



INFORMATIVO SEMANAL ASSESPRO

Os principais temas da semana para o setor de TI

Congresso derruba veto total apostado ao projeto que instituiu o Relp. Em sessão plenária do Congresso Nacional realizada nesta semana os parlamentares decidiram pela derrubada do veto total apostado ao [PLP 46/2021](#), que "*Institui o Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional (Relp)*". O texto segue à promulgação. Foram 65 votos a 2 pela derrubada do veto no Senado Federal e 430 a 11 votos e uma abstenção na Câmara dos Deputados.

CAS aprova projeto que prorroga até 2024 a manutenção de recursos extraordinários para o Pronampe. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, nesta semana, o parecer favorável, com substitutivo, ao [PL 3188/2021](#) (*manutenção de recursos para o Pronampe*) apresentado pela senadora **Kátia Abreu** (PP/TO). Foi aberto o prazo de cinco dias úteis – *que se encerra em 16 de março* – para interposição de recurso para que a matéria, cuja tramitação está em caráter conclusivo na CAE, seja apreciada também pelo Plenário.

CCJ do Senado pode votar parecer à Reforma Tributária na próxima semana. Consta na pauta da reunião deliberativa da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal, agendada para a próxima quarta-feira (16), a partir das 10h, a apreciação do parecer à [PEC 110/2019](#) (*Reforma Tributária*), apresentado pelo senador **Roberto Rocha** (PSDB/MA).

Presidente da Câmara e relator procuram pacificar projeto das fake news para votação. Após manifestações encaminhadas à relatoria do PL 2630/2020 (*combate às Fake News*) com questionamentos a alguns pontos da proposta, o texto da matéria deverá ser analisado até, ao menos, a próxima semana pelas bancadas de dos partidos. Esta é a nova estratégia para aprovação da proposta, delineada pelo presidente da Câmara dos Deputados, **Arthur Lira** (PP/AL) e pelo relator da matéria, deputado **Orlando Silva** (PCdoB/SP). O relator ainda pretende reunir-se com senadores antes de deliberação em plenário, o que poderá alongar a tramitação do projeto, que estava planejada para apreciação ainda neste mês pelo presidente Lira. Silva articula, ainda, junto a ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Com informações de: [O Globo](#)

CCT do Senado recebe emendas ao projeto sobre LGPD e a responsabilidade solidária do controlador ou operador. Nesta semana, o senador **Plínio Valério** (PSDB/AM) apresentou emenda ao [PL 1602/2021](#) (*LGPD – Responsabilidade solidária controlador ou operador*) no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática (CCT), cuja relatoria ainda pende designação. A emenda modifica o texto proposto no projeto de lei, para que o agente que der causa responda pelos danos decorrentes da violação de segurança dos dados, retirando do texto a responsabilidade solidária, ou seja, cada agente responderia de acordo com sua responsabilidade no evento. A proposta também garante fiscalizar e aplicar sanções em caso de incidentes de segurança relacionados a vazamento de dados pessoais, mediante processo administrativo que assegure o contraditório e o direito de recurso.